

CONTRATO de Aquisição de Material Elétrico para execução de iluminação nas celas (shelter's) da Casa de Custódia de Piraquara, conforme o especificado na proposta, obedecidos os quantitativos e preços ali especificados, que entre si celebram a SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ – SEJU e a empresa GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA-EPP.

O ESTADO DO PARANÁ representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ – SEJU, com sede em Curitiba / PR, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, 2º andar, ala “D”, Centro Cívico, CNPJ nº 40.245.920/0001-94, a seguir denominada apenas SEJU, neste ato representada por sua titular, Dra. **MARIA TEREZA UILLE GOMES**, RG 3.028.650-2 e CPF 535.731.619-87, e a empresa **GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA-EPP**, com sede na Av. Presidente Arthur da Silva Bernardes, 1032, Portão, Curitiba, Paraná, CEP 80.320-300, CNPJ nº. 02.590.407/0001-41, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por seu sócio administrador, Sr. **JOSÉ LUIZ GOMES**, CPF nº. 323.014.219-53, RG 1.213.879-2 SSP-PR, contato (41) 3677-5352 / 6177, 3153-7814, celular (41) 9998-0642, e-mail: [gabriel@geralux.net](mailto:gabriel@geralux.net), [jose@geralux.net](mailto:jose@geralux.net), site: [www.geralux.net](http://www.geralux.net) celebram o presente Contrato, decorrente do protocolo nº 11.721.285-8 – Pregão Presencial nº. 009/2013, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº. 10.520/2002, e Lei Estadual nº 15.608/07, e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais disposições legais aplicáveis e às cláusulas deste.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente contrato é Aquisição de Material Elétrico para execução de iluminação nas celas (shelter's) da Casa de Custódia de Piraquara, especificado no Anexo VII – Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

## DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do objeto deste contrato serão realizados pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Portaria nº 325/2012 - DEPEN.

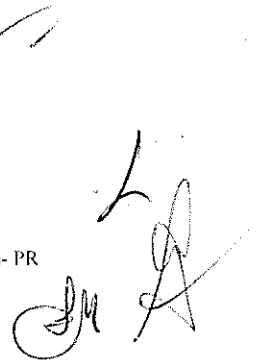
2.1. O acompanhamento e fiscalização deste Contrato pela SEJU não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

## DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Constituem obrigações:

### 3.1. Da SEJU:

3.1.1. Efetuar o pagamento nos termos especificados neste Contrato.



3.1.2. Definir a quantidade de materiais a serem entregues, o prazo e o local da entrega.

3.1.3. Notificar a CONTRATADA quanto à irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência acarretará as sanções previstas neste Termo.

3.1.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

3.1.5. Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de entrega dos materiais, desde que devidamente identificados por crachá.

### 3.2. Da CONTRATADA:

3.2.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os materiais sejam fornecidos de acordo com as exigências estabelecidas, ressalvado a SEJU o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos materiais fornecidos, ficando o ônus decorrente desta análise a cargo exclusivo da CONTRATADA.

3.2.2. Fornecer os materiais obedecendo às quantidades requisitadas, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega.

3.2.3. Proceder à substituição dos materiais considerados impróprios para o uso.

3.2.4. Aceitar, mediante solicitação da SEJU, que se procedam a mudanças nos dias e horários de entrega de materiais, sempre que houver necessidade.

3.2.5. Manter estoque mínimo na quantidade necessária para assegurar a continuidade do fornecimento.

3.2.6. Facilitar, se solicitado, o acesso de servidor da SEJU às suas dependências para efeito de fiscalização e controle de qualidade dos materiais objeto deste Contrato.

3.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais eventualmente contratados para a execução deste Contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como taxas, impostos, frete/carreto, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ora contratado.

3.2.8. Indenizar a SEJU por todo e qualquer dano decorrente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

3.2.8.1. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a SEJU o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

3.2.9. Cumprir o disposto no inciso V do art.27, da Lei Federal nº. 8.666/93.

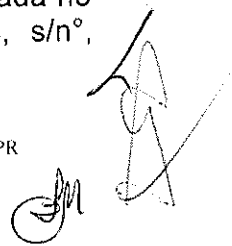
3.2.10. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar a SEJU, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

3.2.11. Indicar representante da empresa, responsável pela gestão do contrato, informando endereço, telefone, fax e *email*.

### DA ENTREGA

**CLÁUSULA QUARTA:** A execução será integral, ocorrendo a entrega em até 10 (dez) dias da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.1. A entrega dos itens deverá ser junto a Casa de Custódia de Piraquara, situada no Complexo Penitenciário de Piraquara, localizado à Avenida das Palmeiras, s/nº,



Piraquara, Paraná, Telefone (41) 3589-8300, em dias úteis, dentro do horário comercial.

4.2. Fornecer os materiais com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega do material, no que couber. Para materiais com prazo de validade igual ou inferior a 1 (um) ano, por ocasião da entrega o prazo ainda vigente deve corresponder a, no mínimo, 90%.

4.3. Os materiais deverão ser industrializados, entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de modo a permitir completa segurança, quando for o caso.

## DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**CLÁUSULA QUINTA:** Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.1. O recebimento provisório e o definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, o provisório, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações apresentadas;
- b) nas quantidades estipuladas pela SEJU;
- c) devidamente embalado, quando for o caso (sem violação e deformação), acondicionado e identificado nas embalagens originais lacradas;
- d) nos prazos e horários de entrega informados pela SEJU.

5.1.1. O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar sua reposição em até 02 (dois) dias úteis.

5.2. O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á:

- a) após a verificação física para constatar a sua integridade;
- b) após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Contrato.

5.3. Satisfeitas as exigências acima, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo.

5.4. Se as condições de recebimento forem insatisfatórias, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o material rejeitado ser substituído no prazo de 02 (dois) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações acima referidas.

5.4.1 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

## DO PRAZO

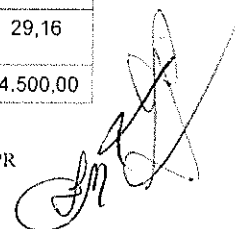
**CLÁUSULA SEXTA:** Será de 06 (seis) meses o prazo de vigência do presente Contrato, contados a partir da data de assinatura.

## DO VALOR

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Dá-se a este Contrato o valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), conforme a seguinte discriminação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA / MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Cabo PP 2x2,5mm <sup>2</sup> / 750V	M	1.000	SIL	2,07	2.070,00

2	Cabo de cobre flexível, seção nominal de 10mm <sup>2</sup> / 750V, Antichama (não propagação do fogo), formado por fios de cobre eletrolítico nu, tempera mole, encordoamento classe 5 (no mínimo), aprovado pelo INMETRO, e de acordo com as Especificações Aplicáveis.	M	750	SIL	2,89	2167,50
3	Cabo de cobre, seção nominal de 25 mm <sup>2</sup> / 1kV - EPR, aprovado pelo INMETRO, e de acordo com as Especificações Aplicáveis.	M	2.200	SIL	7,59	16.698,00
4	Eletroduto de PVC, diâmetro nominal de 32mm (1"), parede reforçada	M	150	PERFILMAX	1,47	220,50
5	Curva longa 90° eletroduto PVC (1")	Und	10	PERFILMAX	0,73	7,30
6	Luva para eletroduto (1")	Und	50	PERFILMAX	0,48	24,00
7	Abraçadeira PVC para eletroduto 1"	Und	50	PERFILMAX	0,45	22,50
8	Eletroduto de PVC, diâmetro nominal de 50mm (1.1/2"), parede reforçada	M	150	PERFILMAX	2,92	438,00
9	Curva longa 90° eletroduto PVC (1.1/2")	Und	10	PERFILMAX	1,59	15,90
10	Luva para eletroduto (1.1/2")	Und	50	PERFILMAX	1,05	52,50
11	Abraçadeira PVC para eletroduto 1.1/2"	Und	75	PERFILMAX	0,37	27,75
12	Condutele tipo "B" de 3/4" em PVC com tampa	Und	64	PERFILMAX	4,52	289,28
13	Condutele tipo "T" de 3/4" em PVC com tampa	Und	64	PERFILMAX	5,14	328,96
14	Condutele Alumínio, 1.1/2", TIPO "LR", sem rosca, com tampa.	Und	05	ALUMIL	14,36	71,80
15	Condutele Alumínio, 1.1/2", TIPO "LB", sem rosca, com tampa.	Und	01	ALUMIL	14,30	14,30
16	Condutele Alumínio, 1.1/2", TIPO "LL", sem rosca, com tampa.	Und	04	ALUMIL	14,31	57,24
17	Condutele Alumínio, 1.1/2", TIPO "C", sem rosca, com tampa.	Und	04	ALUMIL	14,36	57,44
18	Condutele Alumínio, 1", TIPO "LR", sem rosca, com tampa.	Und	04	ALUMIL	6,17	24,68
19	Condutele Alumínio, 1", TIPO "C", sem rosca, com tampa.	Und	06	ALUMIL	6,17	37,02
20	Conjunto Tomada + Interruptor, em caixa de sobrepor	Cjto	64	RADIAL 1902116	4,82	308,48
21	Bocal E-27	Und	64	DECORLUX MT2303	0,97	62,08
22	Lâmpada Incandescente 60W / 220V	Und	64	EMPALUX IN20524	0,84	53,76
23	Trilho para disjuntor DIN	M	07	OLIPÉ	2,87	18,66
24	Conjunto bucha Nylon "4", com parafuso.	Cjto	900	VONDER	0,12	108,00
25	Conjunto bucha Nylon "6", com parafuso.	Cjto	100	VONDER	0,14	14,00
26	Abraçadeira em nylon para cabos elétricos 8-12mm	Und	200	KSS 27776	0,06	12,00
27	Prego aço 20mm	Und	200	VONDER	0,11	22,00
28	Quadro de distribuição de energia QD, de sobrepor 16 posições para disjuntores secundários e 01 disjuntor Geral, com porta e fechadura com chave, em chapa de espessura mínima de 18 BWG de aço galvanizado e pintura eletrostática a pó (Epoxi), com espelho interno, com trilho DIN, para fixação de disjuntores e dispositivos. Dimensão aproximada de 360x420x91mm. Incluído os barramentos de Cobre para as fases, neutro e terra, com capacidade de corrente nominal de 100A e isolamentos para barramentos com seus acessórios para adequada instalação. A área de seção transversal mínima que permita uma densidade de corrente máxima de 3,0 A/mm <sup>2</sup> . Conforme NBR5410 e NR10	Cjto	04	OLIPÉ	183,19	732,76
29	Disjuntor termomagnético, Trifásico 50A / 5kA, Curva C, Padrão IEC, norma DIN.	Und	04	SOPRANO	21,07	84,28
30	Disjuntor termomagnético, Trifásico 25A / 3kA, Curva C, Padrão IEC, norma DIN.	Und	04	SOPRANO	20,73	82,92
31	Disjuntor termomagnético, monofásico 10A / 3 kA, Curva C, Padrão IEC, norma DIN, conforme especificado em projeto.	Und	20	SOPRANO	3,73	74,60
32	Disjuntor termomagnético, monofásico 6A / 3 kA, Curva C, Padrão IEC, norma DIN, conforme especificado em projeto.	Und	64	SOPRANO	4,07	260,48
33	Fita Isolante preta 20m	Rolo	05	DECORLUX F10205	2,43	12,15
34	Fita Isolante autofusão 3m	Rolo	04	DECORLUX F10205	7,29	29,16
<b>TOTAL</b>						<b>24.500,00</b>



- 7.1. As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária 4903.14421034.183 – Gestão do Sistema Penitenciário, Natureza da Despesa 3390.3016 – Material Elétrico e Eletrônico, Fonte de Recursos: 100 – Tesouro do Estado.
- 7.2. Os preços unitários e totais são os mesmos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 7.3. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações deste Contrato.
- 7.4. Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis durante a sua vigência.

### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA OITAVA:** A CONTRATADA apresentará ao Grupo Auxiliar Administrativo – GAA, do Departamento de Execução Penal do Paraná, a Nota Fiscal relativa ao fornecimento ocorrido, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, acompanhada dos originais das Certidões de Regularidade junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil (válidas e regulares).

- 8.1. A SEJU, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, devolve-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 8.3 será contado a partir da sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.
- 8.2. O valor da Nota Fiscal será o resultante da soma dos preços constantes nas notas fiscais de fornecimento, conferidas e assinadas por servidores da SEJU.
- 8.3. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 15º (décimo quinto) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal, pelo órgão encarregado do pagamento no âmbito do DEPEN/SEJU.
- 8.4. A SEJU se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.
- 8.5. O pagamento ficará condicionado à entrega da totalidade do pedido, sendo que somente serão pagos os materiais efetivamente fornecidos e de acordo com as especificações que integram este Contrato.
- 8.6. A devolução da fatura não aprovada pela SEJU em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos materiais.
- 8.7. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção no fornecimento dos materiais.
- 8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela SEJU, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =  $i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## DA ALTERAÇÃO

**CLÁUSULA NONA:** Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado o limite previsto em Lei, sem que isso implique aumento do preço proposto.

## DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, a SEJU se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

**10.1.** Em caso de cisão, a SEJU poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

**10.2.** Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência à SEJU, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

**10.2.1.** A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

## DA RESCISÃO

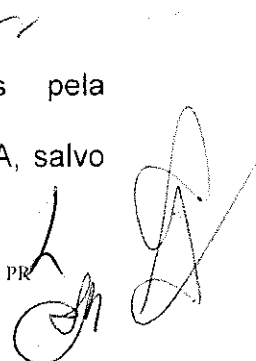
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93, bem como:

a) Por ato unilateral e escrito da SEJU, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a execução do Contrato.

**11.1.** No caso de rescisão unilateral, a SEJU não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.



## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o décimo quinto dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução do objeto, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, nas hipóteses previstas na alínea b.1.

b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato, prevista no inciso I do artigo 79 da Lei Federal nº.8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pela SEJU e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 15.608/07 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e da Lei Estadual n.º 15.608/07.

12.1. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração, ou cobrado na forma da Lei.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

## DAS VEDAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, bem como:

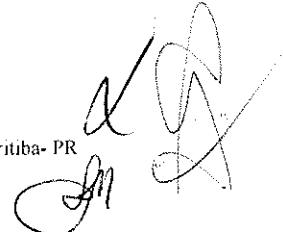
13.1. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da SEJU, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. Subcontratar o todo ou parte do objeto, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

## DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

## DO FORO



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste contrato.

E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, *20* de *maio* de 2013

*Leonildo de Souza Crotta*  
**MARIA TEREZA VILLE GOMES**  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos  
Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos  
Dec. 460/2012 - GS/SEJU  
DOE n.º 8.850/2012

*Jose Luiz Gomes*  
**JOSÉ LUIZ GOMES**  
Geralux Eletro Energia Solar Ltda

TESTEMUNHAS:  
Nome: *GABRIEL RACHEO ISHIMAWA*  
CPF: *020.835.835-06*

Nome: *Luci Mara da Silva Mesquita*  
CPF: *149641470-53*  
Chefe do GAS/SEJU  
Dec. 3884/2012





## Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda


### Declaração de Disponibilidade Financeira nº 002013 / 2013


DECLARO, para os devidos fins, que a despesa a ser realizada, descrita, solicitada no SPI nº 11.721.285-8, está prevista na Lei Orçamentária nº 11.2013, rubrica nº 49.03.0000.4183.33903000.100, e até o final de dezembro de 2013, consoante a norma do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), haverá disponibilidade financeira para seu pagamento neste exercício ou no exercício seguinte, sem prejuízo das demais metas planejadas.

ENTIDADE SOLICITANTE: SEJU / DEPARTAMENTO PENITENCIARIO  
NO VALOR DE R\$ \*\*24.500,00\*\* (Vinte e quatro mil e quinhentos reais)  
PREVISTA NA LEI ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ \*\*2.641.212,00\*\* (Dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil e duzentos e doze reais)

DECLARO que a análise da regularidade orçamentária e financeira legal foi feita pela Entidade solicitante consoante Declaração do Ordenador de Despesas nº 141, emitida nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Curitiba, 03 de maio de 2013.

  
ROSEMARY ESCABIO  
Coordenadora da CAPE

	Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda
Declaração Nº 002013 / 2013	
Autenticação Nº 200010000030300095304420422040600	

